



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001464-31.2022.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL - SEMAP

ASSUNTO: Reajuste strito sensu ao Contrato Administrativo n. 38/2022 - Minuta de apostila n. 1/2023. Análise. Prestação de serviços, sob demanda, de manutenções preditivas, preventivas e corretivas e de reformas para manutenções prediais.

### DESPACHO Nº 1032 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa NFM SILVA CONSTRUÇÕES EIRELI, inscrita sob o CNPJ n. 12.209.450/0001-78, para prestação de serviços, sob demanda, de manutenções preditivas, preventivas e corretivas e de reformas para manutenções prediais, com fornecimento de insumos, com valor total estimado originalmente de R\$ 5.230.000,00 (cinco milhões duzentos e trinta mil reais) - acrescido de 25% para R\$ 6.537.500,00 (seis milhões, quinhentos e trinta e sete mil e quinhentos reais) pelo 1º Termo Aditivo de 26/12/2022 (0961321) - pelo prazo inicial de 12 (doze) meses, a contar de 08/12/2022, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 38/2022 (0953696), ajuste que se encontra em plena vigência.

Por meio da Solicitação n. 43 (1049990), a ASSENGE informa a necessidade de aplicação do reajuste contratual previsto na subcláusula sétima, considerando o interregno de 01 (um) ano da duração do contrato. Prossegue, em sua solicitação, com a indicação da variação percentual do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI no período, sendo esta de 12,21% e suas alterações nos valores contratuais com a apresentação na Tabela 1 do documento citado, sendo o valor do reajuste de R\$ 798.228,75 (setecentos e noventa e oito mil duzentos e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos), bem como o valor final do contrato após o reajuste, sendo o montante no valor de R\$ 7.335.728,75 (sete milhões, trezentos e trinta e cinco mil setecentos e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos).

Informou, ainda, que não haverá necessidade de suplementação orçamentária para o suporte do reajuste no exercício corrente, considerando se tratar de contrato sob demanda (1049990).

À vista disso, a SAOFC remeteu os autos à SECONT para elaboração de minuta de instrumento contratual; e à AJSAOFC para análise e emissão de parecer jurídico (1050047).

A SECONT elaborou a minuta de apostila n. 1 ao Contrato Administrativo n. 38/2022 (1052489) e remeteu à Assessoria Jurídica da SAOFC (1052490), a qual, após análise, aprovou os seus termos, para cumprimento do disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93.

Ademais, a AJSAOFC opinou pela aplicação do reajuste *strito sensu* ao saldo do Contrato n. 38/2022, no patamar de 12,21% (doze inteiros e vinte e um centésimos por cento), correspondente à variação de preços da Tabela SINAPI DESONERADA da unidade federativa do Estado de Rondônia, período de maio/22, data do orçamento da proposta, a maio/2023, conforme indicadores do IBGE juntados no evento n. 1049963, com impacto financeiro de R\$ 798.228,75 (setecentos e noventa e oito mil duzentos e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos), com efeitos financeiros a partir de maio de 2023 e registro do ato em apostila (art. 65, § 8º, Lei n. 8.666/93) (1052900).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se nos exatos termos da AJSAOFC (1054290).

Como relatado, a ASSENGE solicitou a aplicação do reajuste de preços do saldo do contrato - ou seja, dos valores não executados até o mês de maio/2023 - correspondente à variação de preços da Tabela SINAPI DESONERADA da unidade federativa do Estado de Rondônia, período

de maio/22, data do orçamento da proposta, a maio/2023, que teve variação positiva de preços de 12,21%, conforme indicadores do IBGE juntados no evento n. 1049963.

Analisando os autos, verifica-se que a pretensão da ASSENGE tem amparo no art. 40, inciso XI, e no art. 55, inciso III, ambos da Lei n. 8.666/93, tratando-se de reajuste em sentido estrito, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, por sua vez reproduzidos expressamente na Cláusula Décima Terceira do Contrato Administrativo n. 38/2022. Com efeito, esse entendimento vai ao encontro do exposto pelo TCU e da AGU, os quais responsabilizam a Administração pela aplicação automática do reajuste estrito senso nos contratos administrativos, conforme item 14 do Parecer Jurídico n. 184 (1052900).

Diante do exposto, com fulcro no artigo 1º, inciso II, da Portaria GP n. 66/2018:

a) AUTORIZO o reajuste do valor do Contrato Administrativo n. 38/2022, no percentual de 12,21% (doze inteiros e vinte e um por cento), decorrente da variação do índice da Tabela Sinapi Desonerada da unidade federativa do Estado de Rondônia, aferida no período de 01 (um) ano contado da data da realização da licitação (período de maio de 2022 a maio de 2023), com efeitos financeiros sobre o contrato mencionado retroativos a maio de 2023, com fundamento no art. 55, inciso III, da Lei n. 8.666/93 e na Cláusula Décima Terceira, Subcláusula Sétima do ajuste;

b) DETERMINO a atualização dos valores do Contrato Administrativo n. 38/2022, fixando seu novo valor em R\$ 7.335.728,75 (sete milhões, trezentos e trinta e cinco mil setecentos e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos); e

c) DETERMINO a notificação da Contratada para apresentação das faturas complementares com os valores reajustados - caso tenha ocorrido execução de serviços a partir de maio de 2023 - e a complementação da garantia contratual, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura da apostila, no valor de R\$ 39.911,44 (trinta e nove mil, novecentos e onze reais e quarenta e quatro centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente reajuste, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93 e observadas todas as condições constantes da Cláusula Sexta do Contrato originário.

De acordo com a informação da ASSENGE, unidade gestora, **não** haverá necessidade de suplementação orçamentária para o suporte do reajuste no exercício corrente (1049990).

À SAOFC para continuidade dos procedimentos de execução do contrato.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 05/09/2023, às 18:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1056499** e o código CRC **F0A14D58**.